

MARIA JOÃO FIALHO GOUVEIA

A história apaixonante
de Inês de Castro, a bela
aia galega que arrebatou
o coração de D. Pedro.

Inês

Romance Histórico

TOP
SEL
LER

Dedicatória

Este livro é dedicado ao meu avô Álvaro Fialho Gouveia. E é-o pela luz com que alumiou a minha infância. Lembro com clareza o seu olhar meigo e triste, de que herdei a expressão; a alvura dos seus cabelos; a finura dos seus gestos. Mas também recorro com orgulho a justeza que punha nos seus actos, a rectidão dos seus juízos, a liberdade que já sonhava para este país então agrilhado, e a honestidade com que sempre pautou a sua vida.

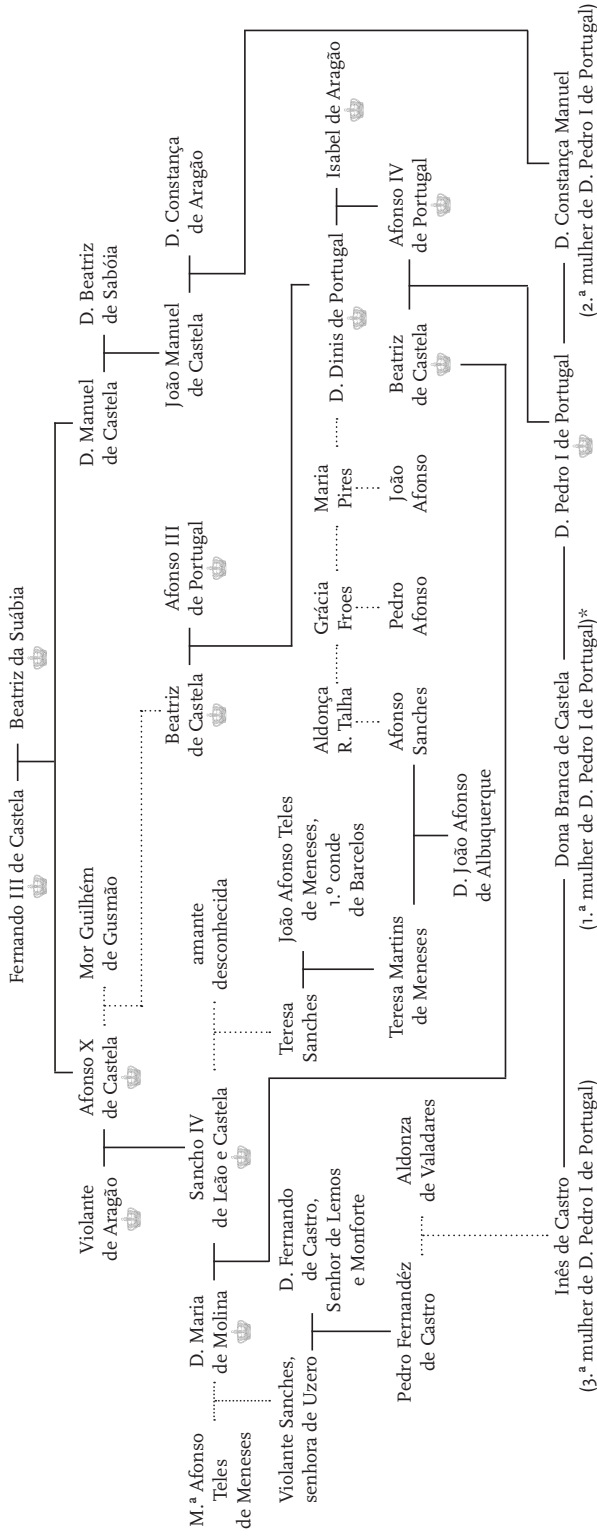
O meu avô Álvaro — a que a minha avó chamava Varecas — não dispensava o seu chapéu, quando ao domingo, contrariado, acompanhava a mulher à missa. Dotado de um apurado sentido de humor, mudava a letra do Pai-Nosso, de «não nos deixeis cair em tentação» para «não nos deixeis cair da cama abaixo», para desespero da pobre Cesaltina, que tentava ensinar-nos, a mim e ao meu irmão Paulo, a oração da noite.

Evoco com carinho os serões em que ele adormecia no seu cadeirão dilecto, para divertimento dos netos, que aproveitávamos para lhe colocar o chapéu na cabeça, um livro nas mãos, um cigarro na boca; tudo sem o meu bom velhinho acordar. Guardo igualmente doces memórias das constantes viagens culturais que fazíamos a Évora, a Tomar, à Batalha, a Óbidos e a muitos mais locais, para os quais abalávamos logo pelas seis horas da manhã, no seu *Subaru* prateado, à vertiginosa velocidade de 60 quilómetros à hora.

É por todas estas amorosas recordações e muitas outras que lhe consagro esta obra. Por elas e pelo jeito que o meu Varecas tinha para a escrita, escrevendo com frequência — sempre que alguma injustiça o incomodava — cartas aos jornais, os quais invariavelmente as publicavam; e, sobretudo, apunhando cartas diárias à minha avó Cesaltina, cada vez que se deslocava a França ou a Itália, no âmbito do seu negócio de mármore. Foi precisamente uma dessas missivas que me cimentou a ideia já a florada de lhe dedicar este meu romance histórico, uma vez que aquela principiava comicamente com um «Estando eu, linda Inês, posta em sossego!»

É, assim, para ti, meu querido avô, este livro que ora escrevo sobre aquela que «depois de morta foi rainha». Com ele te abraço, saudosa e grata, «nesse assento Etéreo, onde subiste».

Árvore genealógica de D. Pedro I de Portugal e de D. Inês de Castro



... Fora do casamento

* Ainda criança, D. Pedro de Portugal casou com Dona Branca de Castela, neta de D. Sancho IV de Castela, e sua prima direita, mas o casamento foi anulado devido à debilidade física da jovem castelhana.

Introdução



*I*nês conta a história, tantas vezes contada, da deslumbrante aia de uma princesa castelhana que acabou por arrebatrar o coração do noivo da sua senhora. Ela era uma nobre galega, de linhagem ilegítima; ele, o futuro rei de Portugal. A paixão que entre ambos despontou atingiu loucura tal que fez os dois amantes atravessarem fronteiras e enfrentarem potestades, para juntos se quedarem. Porém, invejas políticas e intrigas palacianas haviam de toldar a sua luz e selar-lhes um trágico destino. Mas, se a mão humana se levantou para um do outro apartar, quis o fado, por ironia ou por justiça, que Pedro e Inês ficassem para toda a eternidade entrelaçados, como símbolo do amor em Portugal.

Inês Pires de Castro nasceu abençoada pela Criação, com uma beleza invulgar. Trazia na figura e nas falas a realeza que lhe corria no sangue e nos traços a perfeição da Natureza. Eram tão verdes os seus olhos como um rio de águas frescas, e a alvura da sua pele mais lembrava as pétalas de um malmequer. Os seus cabelos eram de ouro, brilhantes como mil sóis, e à sua passagem o ar enchia-se do canto dos pássaros e do perfume das flores do campo. Fosse quem fosse que a olhasse, não mais a esqueceria, rendido ao seu encanto e à sua lindeza.

Filha do poderoso fidalgo galego Pedro Fernandes de Castro e da sua amante Aldonça Lourenço de Valadares, veio ao mundo em Monforte de Lemos, nos domínios de seu pai. Cedo, porém, a confiava

este a uma prima, Dona Teresa Martins de Meneses, casada com um filho ilegítimo de D. Dinis de Portugal, para que a criasse dentro dos mais estreitos preceitos da nobreza e da honestidade, no senhorio do casal em Albuquerque.

Foi ali, em terras raianas, entre Castela e Portugal, que cresceu a bela e gentil Inês de Castro. A sua formosura vaticinava-lhe um futuro risonho, como consorte de um qualquer patricio abastado, herdeiro de honrados termos e títulos; a coroa, contudo, estava-lhe vedada, dada a sua ascendência bastarda, embora fosse bisneta de D. Sancho IV de Castela, e trouxesse no sangue o azul real.

Alheia a negócios matrimoniais ou outros, que a vida certamente lhe reservaria, a infância da Castro correu feliz e despreocupada, no insigne castelo de Albuquerque. Sob a alçada de D. Afonso Sanches, filho do Rei Poeta, aprendeu o dom das letras e da poesia, sendo esse seu pai de criação igualmente exímio autor de trovas e de cantigas de amor e amigo.

Quis a sorte, no entanto, que, ainda criança, o seu pai de sangue achasse por bem colocá-la ao serviço da filha de um magnate castelhano. E assim, com apenas seis anos de idade, a tenra Inês partiu para Castelo de Garcimuñoz, com Constança Manuel, uma jovem de doze anos martirizada pela vida, que contava já dois casamentos falhados. Quando finalmente o terceiro noivado da senhora de Inês se concretizou, coube-lhe acompanhá-la até ao reino vizinho, onde aquela se uniu por laços de matrimónio a D. Pedro de Portugal, príncipe herdeiro daquela nação.

Ora tinha este por pai ao rei D. Afonso IV, que em tempos perseguira D. Afonso Sanches, seu meio-irmão, a quem dedicava um ódio sem limites, e que era nem mais nem menos do que o homem que educara Inês. Quando Pedro, deslumbrado com a beldade da açafata da sua mulher, começou a cortejá-la, malgrado a sua condição de homem casado, o soberano, enraivecido, afastou-a da corte. De início enclausurou-a no mosteiro de Santa Clara, em Coimbra, mas em o filho a descobrindo e lhe apunhando cartas várias, el-rei acabou por expatriá-la para a sua familiar Albuquerque.

Ao cabo de alguns anos, durante os quais o romance só por missivas persistia, eis que morre Constança, de parto do seu terceiro filho. Vendo-se livre para amar aquela por quem o seu coração batia, o herdeiro da coroa lusitana manda regressar a fidalga galega do seu exílio raiano. Então, dando largas à paixão que por tanto tempo calaram, Pedro e Inês viveram anos de idílio, de paço em paço, até se estabelecerem em Coimbra, no palácio fundado pela Rainha Santa. Ali, já unidos pelos sacros laços do matrimónio — que em segredo haviam contraído —, pareciam ter encontrado enfim a felicidade, ao lado dos seus quatro filhos.

Certos de naquele chão isabelino ter descoberto o seu paraíso, amavam-se vezes sem conta sem medo do pecado, de carnes alvorçadas, cedendo ambos à paixão que, hoje como antes, os incendiava. Eram horas de ardência e de carinho, em que se tomavam um ao outro apaixonados, de corpos abrasados, sempre com o mesmo arrebatamento. E assim unidos num só corpo e numa só alma, pediam perdão a Deus pelo pecado de se amarem.

Mas o seu amor (que nascera adúltero) e mesquinhos interesses políticos criavam um crescente mal-estar numa certa nobreza e no povo, que culpava a nobre galega pela crise e pela fome que assolava o reino. E assim, acicatado pelos seus conselheiros — que, temendo perder as mordomias alcançadas, o procuravam convencer de que Inês e os seus irmãos architectavam contra a independência da pátria —, e estando ele próprio ansioso por castigar a semente de Afonso Sanches, eis que el-rei consente em mandar matar a nora. Aproveitando uma ausência de Pedro, irrompeu com os seus homens pelo paço isabelino, degolando a Castro frente aos infantes.

Ao tomar conhecimento da desgraça, D. Pedro de Portugal enfrentou o rei com armas e palavras, encetando uma guerra contra o pai, a que só a rainha, sua mãe, conseguiu pôr cobro. Mais tarde, morto D. Afonso IV, o filho herdou a coroa e vingou Inês, ordenando a morte dos seus algozes. Depois, mandou desenterrá-la e assentá-la num trono, junto ao seu, ordenando que todos os nobres beijassem a mão daquela que fez rainha depois de morta.

Da belíssima Inês de Castro sobravam agora as memórias e os filhos, e os filhos de seus filhos, que o fado haveria anos depois de assentar nos tronos de Castela e de Portugal. Ficava também, e acima de tudo, a história de um amor maior que a vida. Desse amor que continua a comover quem o recorda, elegendo-o como o expoente da apaixonada alma lusitana. Morreu Inês? Assim reza a História. Mas hoje é viva e para sempre!

CAPÍTULO I

As Encostas de Albuquerque

— Senhora minha prima!...
— O que me queres, Inês? — perguntou Dona Teresa Martins de Meneses, pacientemente.

— Já terminei o lavor que me confiou, da bordadura do manto de Nossa Senhora — disse a pequena, arrebatando à sua tutora uma forte gargalhada.

— Ora, Inês, o manto de Nossa Senhora? Uma mantilha para pôr aos pés da santa da nossa bela igreja casteleja!

— Mas posso, senhora minha prima? Posso?

— Que fogo é esse, menina? E o que desejas?

— Permite-me que desça à vila, por folia? — suplicou a petiza, com os olhos cheios de céu.

— Por folia, dizes tu? E que folias são essas que te levam lá abaixo?

— Ora, calcorrear as ruas de Villa Adentro que as muralhas abraçam, beber das suas fontes, espreitar a Judiaria e a porta da sinagoga, ver aquelas casinhas caiadas de branco e flores às janelas, olhar as gentes, ver as outras moças galhofar. Muito me apraz também pasmar-me a mirar as lápides que o senhor seu marido fez esculpir sobre as portas da vila, e em cujos escudos se vêem vários castelos em que luzem as quinas do reino — aclarou a menina, os extensos cabelos dourados dançando com o movimento dos seus gestos.

— São essas então as tuas folias... — sorriu a prima, entretida, na sua pose distinta de realeza. — E, no entanto, bem sabes que a uma infanta não é dado passear-se desacompanhada pelo burgo.

— Oh, não me passaria pela cabeça descer à praça desamparada! Mencía e Ilduara ser-me-iam por companhia.

— Ilduara é-me precisa nos arrumos — recusou a senhora de Albuquerque.

— E Sancha? Dona Sancha andava ora mesmo pelos jardins a cuidar das rosas...

— Precisamente, a cuidar das rosas! Mas as rosas podem esperar. Leva-a, mais à Mencía, e não te quedes pelo povoado todo o santo dia — advertiu. — Quero-te cá a horas das preces.

— Como lhe sou grata, senhora minha prima! — alegrou-se a petiza, saltitando irrequieta de pé em pé. — Não me demorarei, juro, e terei sempre por perto às nossas criadas.

— Por que porta saireis vós? — acautelou Dona Teresa.

— Pela de Valência! — esclareceu a menina.

— Não. Pela de Valência, não. Vão antes pela porta de São Mateus, que é mais seguro.

— A que ostenta o escudo de D. Afonso Sanches?

— Essa mesma.

— Não se aflija, senhora minha prima, faremos conforme à sua vontade.

— Ah, e leva uma capa! — bradou Dona Teresa, já a menina, de coifa pendida na nuca, lhe escapava da vista por entre as notáveis paredes do castelo, segurando as fraldas das saias do seu vestido tom de milho. — E não me saias fora das muralhas!

— Jamais! — ouviu-lhe ainda prometer, na sua voz pequenina e abafada por aqueles sólidos muros, já ela ia corredor acima.

Corria o ano de Cristo de 1331. Reinava então Afonso XI, senhor de Castela e Leão, e nas suas terras respirava-se uma paz débil e quebradiça, mas sem grandes conflitos bélicos, nem nomeáveis sobresaltos. Um mal-estar persistente e temerário entre os soberanos de

Castela e Portugal, todavia, ameaçava a bonança, motivado pelos despropósitos com que o jovem monarca castelhano humilhava a sua mulher, Maria de Portugal, filha do rei vizinho, com uma amante que havia muito mantinha. Se o era por D. Afonso IV muito amar a filha, por orgulho de Estado, ou por mero receio de que um bastardo daquele (que além de genro era seu sobrinho) viesse a frustrar as ambições políticas do neto — que nem gerado ainda fora —, não se o sabia dizer. Factos importantes e preocupantes, com efeito, de que Inês, na inocência e meninez dos seus tenros seis anos de idade, morava alheada, no seu modo leve e feliz de percorrer a vida.

A pequena Castro era uma donzela de boa linhagem, filha natural do nobre galego D. Pedro Fernandes de Castro com a sua amante portuguesa, Dona Aldonça de Valadares. O pai cedo confiara a educação da filha à sua prima, Teresa — unida por matrimónio a Afonso Sanches, filho ilegítimo de D. Dinis, rei de Portugal —, que por ela zelara desde os seus primeiros passos. A dama espanhola, mãe de um único filho vivo, João Afonso de Albuquerque — tido pelo Ataúde —, agora já homem feito, com 26 anos, criara-a com o esmero de a uma filha. Primos direitos, D. Pedro e Dona Teresa eram netos de D. Sancho IV de Castela, embora filhos de diferentes cortesãs daquele rei, de quem descendiam por via da bastardia. Unia-os, assim, o sangue e a estirpe, que orgulhosamente defendiam e que conduziu Inês da sua Galiza natal ao calor da Extremadura.

Inês Valadares de Castro nascera em Monforte de Lemos, abastado e frondoso domínio do seu pai, senhor de Lemos e Sarria, em 1325. Tinha um par de anos de idade apenas quando foi entregue a Dona Teresa Martins de Meneses, sua prima em segundo grau por via paterna, para ser criada na Extremadura castelhana, junto à fronteira com Portugal, no senhorio de Albuquerque. A alma soalheira e solta da jovem Castro logo rimou com a clara luz da paisagem raiana e o alvoroço próprio da sua localização limítrofe, que dava passagem entre os dois reinos. A imponência daquele alcácer — que se elevava ufano das colinas escarpadas da serra de São Pedro —, os seus baluartes, as suas portas de arcos quebrados, e a largueza das vistas

que das suas ameias se alcançavam, arrastavam céu acima o pueril espírito de Inês. «Dali se vê o mundo inteiro!», dizia na sua candura. E se a fortaleza a engrandecia, era na pequena igreja trecentista de Santa Maria Maggiore, românica e situada no interior do castelo, que a Castro apaziguava o seu ânimo sedento de aventura, penitenciado nas suas preces de criança.

Diziam uns que o nome daquela terra, que a petiza logo amara, vinha do árabe *Abu al-Qurq*, «pai da cortiça ou do carvalho»; outros, que a baptizara antes a expressão latina *Albus Quercus*, que significava «azinheira branca», o que de facto rimava com a paisagem deste feudo. O que se tinha por certo, todavia, era que as origens da pequena vila de Albuquerque se perdiam na névoa do tempo. Provavelmente, contara-lhe Dona Teresa, teria sido fundada pelos celtas, antes ainda da chegada dos romanos, uns 600 anos antes de Cristo. Mais de um milénio depois, fora invadida pelos mouros, tal como grande parte da Península Ibérica, despoletando as guerras da reconquista cristã, que se prolongaram por vários séculos, tornando-a um palco de batalhas, que a passavam de mão em mão. Em 1166 foi a vez de ser arrebatada aos sarracenos por Fernando II de Leão, que a doaria, uma década mais tarde, à Ordem Militar de Santiago; mas não muito tempo passaria até que voltasse para o domínio muçulmano, por acção do califa Abu Yaqub Yusuf al-Shanid. Já na décima terceira centúria, Afonso Teles de Meneses, antepassado de Dona Teresa, encontrou Albuquerque abandonada e tratou de a povoar definitivamente com as suas hostes lusitanas e cristãs. Data assim da era milenar o seu robusto castelo, cujos muros foi reforçando contra o ataque dos infieis, ciente de que a vila não estava suficientemente segura; sete anos assim aguentando, com bravura e valentia, as investidas dos mouros, que chegaram a deixar a povoação sitiada, sem água nem mantimentos.

A senhora de Albuquerque não se cansava de alembrar à sua prima a fineza da sua genealogia, por mor de a manter viva, sublinhando que aquele seu «proeminente antepassado casara com Dona Teresa Sanches, filha ilegítima do rei D. Sancho I de Castela, vindo

a ter por bisneto ao conde João Afonso Telo, mordomo-mor de Dinis de Portugal, 1.º conde de Barcelos e 4.º senhor de Albuquerque». E que esse senhor da ditosa vila não era nem mais nem menos do que o pai desta prima que tanto bem lhe queria:

— O resto já tu bem sabes: que herdei o senhorio de meu pai, tendo-me depois unido por matrimónio a D. Afonso Sanches, filho natural e eleito do rei D. Dinis, nascido em 1279, três anos antes dos sponsais de seu pai com Isabel de Aragão.

Retirada da mãe, por deliberação de Pedro de Castro, que preferiu ver a filha criada pelo filho de um rei, Inês, ainda criança de colo, encontrou no peito da senhora de Albuquerque o desvelo de uma verdadeira mãe, não guardando memória ou mágoa da troca de braços que a vida lhe impusera. A dedicação que a prima direita do seu pai tinha por si enlaçara-as num amor inseparável, que prometia uni-las para sempre. Alta e direita, de cabelos já embranquecidos pelo tempo e olhos escuros como a noite, Dona Teresa Martins de Meneses era senhora daquela beleza distinta que só a idade concede. Chamada a si a função de educadora, impunha o seu respeito, incutindo à pupila rígidas normas e seculares princípios — e, contudo, nunca a ternura desaparecia dos olhos com que a fitava, quer quando a repreendia, como quando a mimava com o carinho.

Tal como a ditosa parente, também aquela terra da Raia que a acolhera como filha se lhe aninhara no génio e no coração. Conhecia cada pedra dos altos muros daquela alcáçova como as palmas das mãos. E sentia-as como se nelas lesse ensinamentos e lhe ouvisse testemunhos de vidas passadas. Era frequente vê-la a passar com os dedinhos na aspereza das paredes acasteladas, atenta a um qualquer detalhe que antes lhe tivesse escapado. Tinha àquele lugar um amor tamanho, que se diria estar-lhe intimamente ligada, porventura, em muitas voltas do destino. Da perfeição, porém, falava-lhe não só o abraço do seu alcácer, como também a beleza das suas vistas, que lhe sorriam ao olhar.

Era maravilhada com quanto a rodeava que a jovem galega, ora se passeava pelos seus pátios ajardinados, abrigados à sombra de

ciprestes, ora corria alegremente pela colina abaixo, colhendo flores silvestres, até onde a cintura da muralha lho permitisse.

Albuquerque, que já traduzia um pouco de si também, entranhara-se-lhe na alma e no corpo. Inês ajudara Dona Teresa a escolher os veludos escarlates, ostentando a ouro o brasão da família, que hoje enobreciam as janelas do salão nobre e lhe aqueciam a frieza das pétreas paredes. Amava, não se cansava de dizê-lo, cada nó da madeira da longa e nobre mesa, a negrura dos seus bancos corridos, polidos de muitos anos, as armas do primo português expostas ao alto, a riqueza dos candelabros que a alumiam quando o breu a envolvia. A sua predilecção, porém, os móveis que mais estimava naquele seu grandioso e magnífico claustro, eram as arcas aferrolhadas em que conservava algumas das suas vestes e peças bordadas do enxoval, a par de outros pertences. Os excelentes baús de madeiras nobres tinham para si algo de misterioso e superior, fazendo-a sentir-se uma princesa, que, na prática e não no título, era, de facto. Num desses ricos cofres guardava com orgulho e ternura um pequeno retrato a óleo que D. Afonso Sanches encomendara a um pintor local, sem fama ou importância, do outro lado da fronteira, mas provido de um grande dom para a arte de reproduzir rostos. Nas tardes mais quietas e entediantes, Inês levantava a pesada tampa da arca, procurava no interior esse seu pequeno tesouro, e sentava-se na banqueta que lhe ficava próxima, a admirar a sua imagem traçada a tinta.

A pequena Castro era feliz. Repetia-o sem hesitações. Só lhe carecia, por vezes, alguém da sua idade e da sua classe com quem brincar, que não fosse filho de uma serviçal. Tinha um irmão, Álvaro — filho da mesma mãe —, um pouco mais novo, mas a quem raramente revia, vivendo como ele vivia na Galiza, sob a alçada do sério pai. E assim, nas proximidades e com avoengos antepassados, restavam-lhe alguns fidalgos menores, que tinham os seus palácios na cidade, mas com cujas filhas — ou pelo inferior estatuto, ou por mera protecção — Dona Teresa não a deixava privar.

Nessa tarde, ao regressar da sua caminhada pelo burgo, Dona Inês trazia consigo uma novidade: um gatinho de meses, pardo e tigrado, acolhido no regaço das suas vestes cor dos campos estivais. Sem delongas, correu a mostrá-lo à prima, certa da sua aprovação, pois que já antes lhe permitira acolher animais. Mas um gato era uma estreia.

— Senhora minha prima! Senhora minha prima! — clamou.

— Eis-me aqui. Mas o que me trazes tu hoje? Um gatito? — constatou, sem mais dizer.

— Um gatito, sim, Dona Teresa. No Egipto são sagrados, diz o moçárabe Araão Ben Bakr, barbeiro do povoado.

— Bem sei quem é o senhor Bakr. Mas deixemos essas tontices de divindades. O gato fica. Fará companhia ao meu. Instruirei Mência que lhe leve o que comer ao teu quarto. Assim já tens um novo amigo — rematou a insigne fidalga, procurando esconder um sorriso de divertimento.

— Grata. Grata, senhora minha prima.

— Vá. Basta. E em abalando daqui, vais quedar-te a rezar uma Ave-Maria, para pedir perdão pelas heresias de evocar os deuses egípcios. Mas adiante. Que nome porás ao gatito, já pensaste?

— Já, pois. Será *D. Beltrão*! — revelou, com um sorriso a inundar-lhe o rosto.

— E a que vem tal escolha?

— É o nome... — começou, hesitando.

— Sim, o nome de...?

— De um menino do burgo — concluiu, enrubescida.

— Do filho de Dom Pelayo Nuñez. Ora, ora, Inês, esse jovem não te rima em grandeza — censurou a senhora de Albuquerque.

— Oh, sei-o bem. É só um nome. É só um nome. Eles nem são parecidos — defendeu, arrebatando à prima uma valente gargalhada e selando a aprovação da graça sugerida. E o nome também ficou.

No paço dos Albuquerque, os dias passavam devagar. Havia largos meses que o filho, D. Afonso, partira com a família para a corte castelhana, onde assumira o cargo de alferes-mor de seu primo,

Afonso XI. Casara cedo, o jovem, aos dezanove anos, com a fidalga luso-castelhana, de ascendência francesa, Isabel Teles de Meneses, décima senhora de Meneses e sua prima materna, de quem teve um filho, Martim Gil, em 1325. A avó raramente via o neto, dada a distância para a sede do reino, onde se tinham instalado as cortes. D. Afonso Sanches morrera havia dois anos, nesta mesma alcáçova, tendo sido sepultado em Portugal, no Convento de Santa Clara de Vila do Conde, que com a mulher fundara. Restavam assim, apenas, Dona Teresa e a pequena Inês, que se entretinham ora mergulhadas em afazeres, bordando panos e toalhas sacras, ora recordando os feitos do senhor da casa, com a leitura e a declamação dos seus escritos.

D. Afonso Sanches fora escritor. Homem de superiores saberes, herdara do pai, o monarca português D. Dinis, a alma poética e os dotes de trovador. Essas mesmas parecenças com o carácter paterno teriam ditado a predilecção do monarca por este seu filho, o que gera a inveja e a fúria do legítimo herdeiro do trono vizinho. Que se ao bastardo não minguavam cultura, poesia e inteligência, o príncipe herdeiro era dominado pelo rancor, pela vanglória e pela ignorância. Não era, pois, de estranhar que o pai experimentasse especial estima pelo seu filho ilegítimo. Inês gostava muito de revisitar a história do amor do Rei Poeta pelo seu filho natural, as guerras incendiadas que este despertara, e como o seu primo estivera a dois passos de ser rei de Portugal. Nos dias mais frescos, quando a tarde escurecia cedo, murcha e prematura, mãe e filha — assim viam a sua relação — sentavam-se frente ao imenso fogão da sala grande, cujas brasas os criados se esforçavam por manter acesas (ajuntando pinhas e toros e bufando o fole), para contar e ouvir contar, uma vez mais, como tantas antes, a vida de D. Afonso Sanches.

— É só mais esta ocasião! — prometia sempre Inês à extremosa Dona Teresa, a quem pedia que lembrasse os trilhos do seu defunto e saudoso esposo. E a doce senhora lá cedia, de manta sobre as pernas e braços em torno da petiza, que se lhe sentava aos pés, com a paciência e o detalhe de quem narrava uma história pela primeira vez. Quente e tranquilo, *D. Beltrão* ronronava, ora no colo de uma,

ora no de outra, deleitado com as carícias com que o cobriam. O doce cenário tal brandura causava, que as damas de companhia espreitavam escondidas, por sob o pesado reposteiro que protegia o recinto do frio da entrada, atentando em tão belo exemplo de maternidade. A vida do seu falecido senhor, também a sabiam de cor, de tanto a ouvir relatar.

Mas a senhora de Albuquerque prosseguia serena e sem que qualquer cansaço se lhe sentisse na voz:

— Como sabes, minha pequena, D. Afonso Sanches nasceu do amor de D. Dinis por Dona Aldonça Rodrigues Talha.

— Eu sei, eu sei, em Cerva. Corria o ano de 1289.

— Ora então. E cedo se tornou o filho amado do rei, a quem só no ano seguinte nasceria o primogénito legítimo, da sua mulher e rainha, D. Isabel de Aragão.

— Talvez por ser o mais velho lhe quisesse tanto! — sugeriu a jovem.

— Talvez, Inês. Ou antes pelo seu génio, que tanto rimava com o do pai — alvitrou a senhora, pensativa. — Adiante. Bem sabes que o senhor meu pai serviu D. Dinis de Portugal em posto de grande elevação.

— Assim como o senhor D. Afonso Sanches! — interrompeu a pequena, com o entusiasmo de quem recebe uma novidade.

— Com efeito, mas só mais tarde o fez.

— Após uma quezília entre cunhados — atalhou ela de novo.

— Pois se conheces a história como ninguém, porque insistes em que ta conte outra vez? — questionou divertida a senhora de Albuquerque, já antecipando a resposta:

— Porque gosto de a ouvir contar! — disseram as duas em coro, logo desatando num riso pegado.

— Mas continue, minha amada prima, continue, que eu juro ficar muda e queda. Mais queda que a noite quieta!

— Sossega, menina, que eu retomo o narro. Mas não sem antes mandar àquelas duas coscuvilheiras que se escondem por detrás do pano que nos sirvam uma sopa quente — anunciou, certa de

escutar os passos apressados que de pronto largaram em direcção às cozinhas.

Uma vez tomada a janta e aquecidas junto ao fogo, a narrativa seguiu o seu rumo, com Dona Teresa a recordar o desentendimento que se seguiu entre o seu cunhado Martim Gil e Afonso Sanches, na disputa do título nobilitário e do senhorio de Barcelos, que acabou por ser resolvida por sentença régia, em 1312: o primeiro manteve o título de conde de Barcelos e os seus domínios, sendo ao filho amado de D. Dinis atribuído o condado, o senhorio e o castelo de Albuquerque. Quis o destino, contudo, que D. Martim morresse pouco depois, tendo então o tão disputado condado de Barcelos sido entregue a outro filho ilegítimo de D. Dinis, Pedro Afonso.

Todavia, Inês queria a história com mais detalhe, desde o enlace dos primos, no ido ano de 1304, até ao amparo que o casal prestou ao mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (com o patrocínio do rei), e à ditosa data de 1322 em que restauraram o seu castelo, na Extremadura Espanhola. A senhora de Albuquerque, diligente, atendia a cada desejo da sua tutelada, que mirava amolecida, não descuidando os mais aliciantes pormenores:

— O diabo foi quando D. Dinis se lembrou de nomear o senhor meu marido mordomo-mor do reino! O príncipe Afonso — hoje rei de Portugal, alma atroz e atormentada! — tomou-o como pessoal afronta, intolerável, a seu ver, dada a sua linha varonil e legítima, como manda a lei da sucessão.

— Tão a peito o levou, que declarou guerra ao pai! Sem tréguas! Desde o claustro do castelo ao campo de batalha de Alvalade! — atirou a petiza, de olhos arregalados, postos nos lábios da prima.

— De mero pretexto lhe serviu a dita afronta. Na realidade, o que o herdeiro do trono não conseguia perdoar ao pai era a predilecção que este não escondia pelo filho mais velho, o qual dele herdara o talento para as letras. Tampouco lhe desculpava o facto de o soberano, meses volvidos sobre a morte do meu cunhado Martim Gil, nos ter concedido a mim e a D. Afonso, meu marido, por carta escrita, vinte mil libras, para a compra das propriedades que aquele tinha entre

Douro e Minho. Trazia o coração empedernido, o infante, com os ciúmes que nele deixou crescer. O que não passou despercebido aos olhares dos mais atentos oportunistas, que viram na situação modos de dela tirar proveitos, cuidando de inflamar e acicatar o génio influenciável do príncipe contra o seu irmão, amedrontando-o com a possibilidade de aquele lhe pretender usurpar o trono que tinha por certo. D. Afonso IV passou então a rodear-se de um bando de arrua-ceiros e foragidos, que grassavam na sua corte, alimentando-lhe o ódio por D. Afonso Sanches, que, prudentemente, cuidou de reforçar as defesas da sua vila de Albuquerque. Tal era o medo que tinha do seu temerário irmão!

— Que homem medonho, esse D. Afonso IV! — arrepiou-se a petiza. — Que nunca eu com ele me cruze!

— E porque haverias tu de te cruzar com esse bárbaro? Que a Santa Mãe de Deus de tal te livre e guarde!

— Mas conte-me mais da nossa história, minha senhora amada! Descreve-me como o meu nobre primo tratou de reconstruir o castelo!

— Pois então, foi D. Afonso Sanches quem mandou reedificar este senhorio que de mim houve, por herança de meu pai, ao encontrar as suas muralhas em *muy* mau estado e porque temia a índole violenta e vingadora do seu irmão Afonso, como se viria a comprovar com a sua arremetida de 1326. Afortunadamente, à data, o senhor meu marido já havia feito cercar os arrabaldes — que logo repovoou — de muralhas com as suas torres e barbacã, e cavado o fosso em seu redor.

— Corria o ano de 1314, como rezam as inscrições que fez lavrar nas pedras das portas da vila! E em português! A lápide da porta de Alcântara celebra a reconstrução do castelo, e a de São Mateus, maior e em escrita mais escorreita, alude à construção da cerca — atalhou Inês, inchada por conhecer tão preciosos detalhes históricos. — Sei-as de cor, as inscrições das duas lápides comemorativas da reconstrução do velho alcáçar! A da porta de São Mateus, assim reza: *Em nome de Deus ámen, eu Afonso Sanches, senhor de Albuquerque, mandei começar este lavor faz quarta quatro dias andados de Agosto, de 1314,*

cujo trabalho e praça sejam sempre ao serviço de Deus e da Santa Madre e na hora da minha morte, o meu corpo e a minha fazenda, sejam para sua glória. E na que encima a porta de Alcântara, contornando os escudos das armas senhoriais, pode ler-se que as obras deste castelo começaram a 5 de Agosto do mesmo ano da graça de Deus Nosso Senhor.

— É verdade, assim o foi. Mas, até conseguir meios para pôr de pé este seu projecto auspicioso, muitos sóis sem dormir passou D. Afonso. Minguavam-lhe os meios, os fundos e a legitimidade da plena posse destes domínios. É que a outra parte do castelo e vila de Albuquerque fora herdada pelo meu primo D. Afonso de Molina, neto do primeiro donatário de Albuquerque.

— Ai, senhora minha prima, já me perdi! — queixou-se a menina, de mãos postas sobre os lábios, em sinal de ralação. Dona Teresa sorriu, complacente, e procedeu a uma mais clara explanação, não sem antes aquietar a sua pupila:

— Não te amofines, Inês, a história é bastante confusa, tecida de muitos nomes e datas. Mas ora vejamos: D. Afonso Teles, o *Velho*, casara duas vezes: primeiro com Dona Teresa Rodrigues, depois com Dona Teresa Sanches. Do seu primeiro matrimónio descende o de Molina; do segundo, descendo eu.

— E foram esses dois netos do velho Teles que herdaram Albuquerque! — concluiu a pequena.

— Precisamente. E em partes iguais. A vila andou nas mãos de dois ramos da família, carecendo o castelo de grandes obras de defesa, uma vez que nenhuma das duas famílias estava disposta a financiar as despesas de conservação de uma propriedade que partilhava com outro senhor. Porém, D. Afonso Sanches estava empenhado em fortificar Albuquerque, onde reconhecera um abrigo seguro contra a animosidade do seu meio-irmão. Ademais, pela sua altaneira e raiana localização, esta vila constituía um lugar estratégico, junto à fronteira portuguesa, para dali lutar pelos direitos de que fora esbulhado. E, finalmente, em 1308, logrou unificar as duas metades da propriedade.

— E como o fez?

— Com habilidade e persistência. Primordialmente colocava-se a questão monetária. Naturalmente, o senhor meu pai aqui deixara alguns dinheiros para manter o senhorio; mas ao ver chegar a sua hora, para indulto dos males que havia cometido, e por temer por eles castigo eterno, mandou entregá-los ao rei, pedindo-lhe encarecidamente que estas e outras moedas — cujo paradeiro o Mestre da Ordem do Templo conhecia — as fizesse todas dar. Propôs, então, o meu marido a D. Afonso de Molina, senhor da outra metade, que se fizesse uma troca: ele dar-lhe-ia a vila de San Felices de los Gallegos, em Salamanca, que recebera de seu pai, e o meu primo cedia-lhe a parte que detinha em Albuquerque. Foi ainda necessário compensar a permuta com a importância de 60 000 maravedis, que D. Dinis lhe concedeu. Por fim, a 25 de Maio, o rei consentiu no escambo, na troca, e D. Afonso Sanches pôde enfim fazer cercar a vila de novas e resistentes muralhas. Apesar de havermos sido forçados a deixar para trás, em Portugal, terras e mordomias, regozijo-me pelo facto de o meu esposo — que Deus o tenha! —, em vendo o pai doente e quebrado, ter preferido escapar à sua sanha, buscando abrigo e segurança nas santas encostas de Albuquerque!

— E logo depois morria o rei!

— Dois anos mais tarde. Numa manhã fria e triste de Janeiro de 1325. Mal a coroa lhe foi assente sobre a fronte, mandou D. Afonso IV executar D. João Afonso, também seu irmão por via bastarda. Todavia, por muito que quisesse impor semelhante destino a Afonso Sanches, Castela servia-lhe de couraça e escudo, impedindo a conclusão de tão medonhos intentos. Tomado de raiva, mandou o novo rei de Portugal que se lavrasse um decreto que sentenciava o meu saudoso consorte ao exílio, enquanto lhe durasse a vida, apreendendo-lhe ainda os feudos que ainda em Portugal detinha — prosseguiu a fidalga, comovida, de mão sobre o peito ferido.

— O senhor meu primo, todavia, não se vergou nem conformou — declarou orgulhosa a pequena Castro.

— Para mal dos meus pecados, que Nosso Senhor Jesus Cristo sabe como eu o teria preferido — asseverou a senhora, persignando-se.

— Certo é que, deste lado da fronteira, planeou um sem-número de operações políticas e militares e, munido de armas e homens, lá rumou a Portugal, por terras do Norte, somando algumas vitórias. Só a intervenção da rainha, generosa alma, conseguiu pôr cobro a tamanha loucura — irmão contra irmão, como antes também se opusera o filho ao próprio pai! —, selando a paz e consumando a devolução do património a D. Afonso Sanches.

— Tanta raiva fervia no infante por o pai mais-querer ao filho ilegítimo! — julgou a Castro, indignada.

— Que não lhe era o único, já que muitas outras damas lhe aqueceram o tálamo e lhe deram filhos, como a tua tia Branca Lourenço de Valadares, Inês, com quem gerou a pobre Maria Afonso, que morreu jovem e freira no Mosteiro de São Dinis!

— Reza, contudo, que a rainha não lhe guardava rancor pelos amores que o rei mantinha.

— Dona Isabel de Aragão? Uma santa! Uma vez nascidos os filhos — Constança e Afonso — e assegurada a sucessão, não mais cumpriu com os deveres conjugais, dedicando-se à caridade e às coisas do Senhor. E tal era a benevolência que lhe habitava a alma, que fez instalar no paço todos quantos haviam nascido de seu marido, fazendo-os educar, com igual qualidade, junto dos filhos que ela gerara no seu ventre. Tanto assim que D. Afonso Sanches viveu a sua meninice nas alcáçovas paternas ao lado dos irmãos, quer dos legítimos como dos que o rei houvera por via da bastardia. A proximidade estreitou os laços entre o rei e D. Afonso Sanches, e a soberana também sempre lhe quis bem. Justiça lhe seja feita, a rainha fez uso de quantas armas tinha para promover a paz entre pai e filhos e entre os diferentes irmãos. Infelizmente, onde Dona Isabel semeava harmonia, o seu filho espalhava a discórdia, em cada gesto vendo rivalidade. Bom, mas basta de histórias por hoje. E se não tomas depressa ao teu leito, com o teu doce *D. Beltrão*, quem semeia tempestades serei eu! Ala, que a noite cai! — ditou, firme, mas amorosa, abençoando a noite com o desejo «*que Deus Nosso Senhor te guarde o sono!*»

Noutras ocasiões, quando o sol amolecia e amornava certas tardes invernais, abalavam mãe de coração e filha de anseio, montanha abaixo, até à orla da ribeira, para merendar e prosear sob o céu e as árvores. Logo atrás seguia uma romaria de criadas e servos, de amplas cestas repletas de pão, fruta e nozes, e mantas enroladas sob os braços, para que o assento fosse suave e quente às suas senhoras. Claro e limpo o firmamento, os ânimos alegravam-se e pediam temas de conversa mais folgados. O mote mais vezes repetido era o da trova e da poesia. Ou não fosse o saudoso senhor da casa um dotado bardo lusitano!

Visto do sopé da colina serrana, o magnífico castelo medievo parecia um monstro invencível e medonho. Cercado de muralhas, surgira na era da Reconquista, para defesa dos seus senhores e enquanto afirmação da sua autoridade, descentralizado do poder real, impondo-se assim os Albuquerque como regentes dos seus senhores, da sua torre e das suas rendas. Serviam-no as estradas apertadas e sinuosas, peçadas de pó e de cascalho, que partiam de Valência de Alcântara, no Alentejo além-fronteira, ou da cercana Cáceres, passando pelos feudos de Ouguela e La Codosera. Invariavelmente, cada viajante que vencia a dureza e o cansaço do caminho logo era subjugado pela monumentalidade do castelo de Albuquerque, que do topo do seu pedestal dominava a paisagem por largas milhas ao seu redor.

Com efeito, do alto de Albuquerque avistava-se a largueza de mil campos. Louros ou verdejantes, queimados pelo intenso sol de Verão — como o eram sempre os estios naquele recanto sem mar —, lavrados, ou áridos e tristes, os campos raianos da Extremadura espanhola enchiam a vista de quem os fitasse lá do cume, bem perto de onde a terra acaba e o céu começa. Do cimo daquela nobre e insigne vila viam-se ainda as casas que aqui e ali salpicavam os montes e as planícies, um ou outro castelo que subjugava a grandeza daquela paisagem sem limites, os nobres paços exalando riqueza e as igrejas que engrandeciam a alma dos fiéis e glorificavam ao

Senhor Todo-Poderoso. Mas das alturas da torre de Dona Teresa Martins de Meneses via-se muito mais do que o olhar alcançava: imaginava-se a vida que acontecia por detrás das janelas, no claustro de cada lar, abastado ou miserável; as preces que iam na boca dos cristãos nos santos templos; a desgraça ou a ventura de quantos habitavam aquela terra entre dois reinos tantas vezes aliados, e outras quantas, inimigos. E era ali, no paço do filho que D. Dinis amara, que a jovem Inês sonhava com uma vida plena de conquistas e de bem-aventurança, tão ampla no seu alcance como vastas eram as terras do senhorio que a abraçava.

Naquela tarde do acordar da Primavera, um ar fresco cortava a débil quentura do sol de Março. Precavidas, a senhora e a sua pupila vinham trajadas de vestes quentes, com grossas capas de lã, e os cabelos — que Dona Teresa usava presos e Inês trazia soltos — protegidos por coifas que se alongavam em semicírculo, por cima dos ombros, dos quais caíam compridas pontas até meio das costas. A ilustre fidalga vestia da cor dos céus do anoitecer, num azul-índigo, sério e profundo, nobre como a sua estirpe; já a petiza lançara mão de um vestido de veludo, muito justo, de matiz carmim — a sua cor de eleição —, que lhe dera o defunto primo pouco antes de morrer, ainda aquele sobrava no corpo franzino da menina. Os abafos — ambos negros e forrados a sedas berrantes — não rimavam com as suas vestes, mas defendiam-nas da friagem que ainda gelava os ares da Raia.

Quedavam-se Dona Teresa e a pequena Inês sentadas nas cobertas e almofadas prontamente trazidas pelos serviçais, a admirar a nobre torre, quando esta deixou escapar um suspiro.

— Que nostalgia, menina! Que coisa é essa que te vai na alma, que tão saudosa te traz?

— Não são saudades, minha prima. Mirando o castelo, que daqui se ergue tão alto, pensava nas guerras que nestas terras se travaram. Quantas e quantas não terão sido?! — interrogou-se.

— Nem eu sei, Inês. Muitas, decerto. E sanguinolentas. Logo ao raiar de Portugal, o rei que lhe deu fundação — esse Afonso Henriques

que o teu primo tanto celebrava! — arrebatou o lugar das mãos pagãs, a par de Cáceres e Trujillo. Até que o «desastre de Badajoz» fez cair estas importantes praças de novo sob o jugo dos sarracenos. Reza que o bravo soberano, instado pelo seu guerreiro Geraldo Geraldês...

— O Sem Pavor? — interrompeu a jovem.

— Sim, o Sem Pavor. O nobre aventureiro nortenho a quem o medo não detinha, que oferecera os seus serviços ao rei na luta pela reconquista do Alentejo e da Extremadura espanhola ao poder dos infieis, ajudando a escrever as fronteiras da nação vizinha. Dois anos terão levado a planear tão afoita campanha, que se apresentou vencedora! Já a primeira cintura de muralhas caíra em seu poder, cantando-se vitória nas hostes portuguesas, quando chegaram reforços leoneses para as forças mouras que se acoitavam na alcáçova, as quais tinham por aliado o genro de Afonso Henriques, D. Fernando II de Leão, que traíra o sogro, juntando-se aos almóadas. Já derrubados os pendões, e muitas mortes contadas, fugia o rei de Portugal do campo de batalha, quando embateu na aldrava de uma das portas da primeira muralha, logo caindo e partindo a perna direita.

— E conseguiu escapar, o rei D. Afonso Henriques?

— Não. Não satisfeito com a pesada derrota que impusera aos exércitos do sogro, o judas a quem aquele dera a sua filha Urraca em casamento deixou que as suas tropas o levassem prisioneiro — prosseguiu a fidalga.

— E morreu cativo? — inquietou-se a Castro.

— Não. Cativo, não. Dizem que o genro o tratou com o respeito que o seu parentesco e a sua posição lhe mereciam, mas a verdade é que a sua libertação só foi conseguida através de um resgate monetário e da entrega das praças de Trujillo, Cáceres e Montánchez.

— Mas ficou enfermo — indagou a menina, alarmada.

— Passou meses numas termas, de seu nome Caldas Lafonenses, em Vila do Banho, na Beira Alta, mas jamais sarou das feridas. Refém das suas mazelas, não mais subiu a um cavalo, o que pôs fim ao seu percurso de militar e conquistador. Os anais da História rezam que passou, desde então, a deslocar-se numa carreta de

madeira. Um desfecho terrível, para um homem de tão grande vulto e tamanho!

— Que história aterradora! E quão cruel a deslealdade do seu parente! — balbuciou Inês, de olhos humedecidos.

— As guerras entre Portugal, Castela e Leão causaram muito dano nesta Raia em que grassaram, nesta terra de ninguém, plantada entre Deus e o diabo.

— Credo! Valha-nos Deus, Nosso Senhor! — bradou a pequena, fazendo o sinal da cruz.

— Valeu-nos o nosso rei D. Afonso IX, que, depois de nova tirania muçulmana, lhes tomou Albuquerque de uma vez por todas, somando-a ao reino de Leão.

— Quanto teríamos nós perdido se assim não fosse! Quanta vista nunca teríamos enxergado do topo da nossa torre! — exclamou Inês, já animada.

— Lembras-te da lengalenga do senhor meu marido?

— De cor! — Brilharam-lhe os olhos.

— A serra de São Pedro, a norte e a leste; Badajoz, a sul; a oeste, a serra de São Mamede; e a sudoeste, a planície alentejana — declamaram em uníssono.

— Bom, mas hoje a vinda era para a poesia. Assim havíamos acordado — retomou a respeitável nobre. — Ainda to apetece? Que não se deixe morrer o génio poético de D. Afonso Sanches e do seu pai, o rei trovador!

— Nunca me canso das trovas do meu primo! Sinto falta das suas falas de donzelas e romanceiras! Ele dizia que o pai tinha sido um soberano muito ilustrado e que tinha fundado o Estudo Geral. O que é o Estudo Geral, senhora minha prima? Nunca se me lembrou de lho perguntar.

— É um local onde os homens estudam as leis dos homens e as leis de Deus. E também as Artes. O meu honrado sogro terá inicialmente instalado essa escola numa cidade a sul, de nome Lisboa, tendo mais tarde mandado mudá-la para os arrabaldes do seu paço, em Coimbra, que o meu saudoso esposo dizia ser de rara beleza.

O senhor D. Dinis era douto em letras, tal como o seu filho depois dele. Deixou muitas cantigas escritas — mais de duzentas! — e que o teu primo tanto gostava de recitar.

— De amor, de amigo e de escárnio e maldizer! — ajuntou a petiza, empolgada.

— Como tu ainda te lembras! Do jeito como D. Afonso Sanches sabia algumas de cor, muitas vezes me perguntei se não as teria lavrado a meias com o pai! — ajuizou a senhora.

— Por certo o fez. Eu mesma inventei umas trovas com o meu primo!

— Fizeste cantigas com D. Afonso Sanches? — riu-se Dona Teresa, deveras entretida. — E de alguma delas guardas memória?

— Sim! Sim, guardo! Quer a senhora minha prima ouvir os versos? Dona Teresa aquiesceu, com um sorriso.

— Eram quadras de amor. O senhor D. Afonso falava sempre de amor — afirmou Inês, envaidecida como quem guarda um segredo escondido do mundo. A prima sorriu, levantando a sobrancelha, como quem se surpreende, fingindo não o saber.

— Mas canta, minha Inês, um desses tão belos poemas que criaste com o senhor D. Afonso — pediu-lhe, fazendo-lhe um gesto para que começasse. A infanta, envergonhada, hesitou, de facezinha enrubescida, os dedos enrolando-se-lhe no regaço. Depois, respirou fundo, em busca da bravura que lhe minguava, endireitando-se para que as palavras lhe saíssem com firmeza, como convinha a uma trova do seu falecido pai de criação:

— *Dizia la fremosinha:*

ai, Deus, val!

Com'estou d'amor ferida!

ai, Deus, val!

Dizia la bem talhada:

ai, Deus, val!

Com'estou d'amor coitada!

ai, Deus, val!

Com'estou d'amor ferida!

ai, Deus, val!

Nom vem o que bem queria!

ai, Deus, val!

Com'estou d'amor coitada!

ai, Deus, val!

Nom vem o que muit'amava!

ai, Deus, val!

E, com um suspiro de alívio, a menina findou a sua récita, feliz por não se ter esquecido de estrofe alguma. Ao elevar os olhos para a prima, porém, deu conta da comoção que lhe tomava o rosto, quedando-se embaraçada e aflita, sem saber o que fazer ou dizer. Os breves instantes que se seguiram foram-lhe de grande anseio, temendo ter agoniado Dona Teresa com recordações do esposo, morto havia somente um par de anos. Mas a sua dedicada tutora, apercebendo-se do seu agastamento, tratou de pôr fim ao seu calvário, com palavras de conforto e de apreço:

— Belo, não é? Lembro-me bem dessa cantiga. As obras de Afonso chegaram a ser tidas por certos mestres das artes e menestréis como das mais perfeitas e requintadas, ao estilo da Provença gaulesa. Tinham-no por muito douto nas lides poéticas.

— E só cantava o amor, o senhor meu primo!

— Em boa verdade, sim, quase todas as suas falas eram de amor. Principalmente das dores de amores não correspondidos, com o apaixonado a tecer loas a uma dama solteira, a quem derrama os seus sentimentos. Tal como o seu pai, que deixou tanta poesia lavrada! Todavia, quer um quer outro apunharam também cantigas de escárnio e maldizer, com odes de troça e ironia — explicou a senhora de Albuquerque com cuidado.

— Herdou o dom do senhor D. Dinis, o meu primo D. Afonso!
— soltou Dona Inês, com orgulho na voz.

— Herdou-lhe o dom e os traços. A sua tez clara, e os cabelos e a barba ruivos, ao pai os foi buscar. Parece que eram legado de um

tio castelhano, por tal chamado La Cerda, ou do seu antepassado materno, Frederico, o *Barba Ruiva*.

— Que engraçado, nunca mo havia contado!

— Nunca tal conversa se levantou.

— E o seu irmão D. Afonso, o que hoje é rei de Portugal, também se lhe assemelha nas feições? — insistiu Inês.

— Em nada se lhe compara! Nem nas parecenças, nem no carácter. Muito menos no talento para as Artes. Na realidade, tendo conhecido ao rei e à rainha, posso dizer que não sei com quem se parece. Ademais, sabendo-lhe o génio feroz, sempre procurei evitá-lo, assim como ele também se escapava aos encontros familiares. É um ser cru e malévolo, que só trará mal ao mundo.

— Nunca atentou nos versos do rei, seu pai, o vil infante?

— Não o creio. Conhecia-se-lhe por única virtude o amor que tinha à mãe, correndo-lhe porém no sangue a raiva e a guerra, e não o gosto pelas trovas. E que bem harmoniosas o soberano as havia! Tu hás-de alembrar-te, por certo, Inês, dos versos que o teu primo aqui fazia cantar aos tocadores de alaúde e aos flautistas. Uma, que tu cantavas com eles, delas seguia assim:

*Ai, senhor fremosa, por Deus
e por quan boa vos el fez,
doede-vos algũa vez
de min e destes olhos meus,
que vos viron por mal de si,
quando vos viron, e por mí...*

— Recordas-te? — perguntou a nobre dama, fitando curiosa a pequena.

— Se me lembro! E aquela, que eu sempre pedia que tocassem:

*Ai flores, ai flores do verde pino,
se sabedes novas do meu amigo!
Ai Deus, e u é?*

*Ai flores, ai flores do verde ramo,
se sabedes novas do meu amado!
Ai Deus, e u é?*

*Se sabedes novas do meu amigo,
aquele que mentiu do que pôs comigo!
Ai Deus, e u é?*

*Se sabedes novas do meu amado,
aquele que mentiu do que mi há jurado!
Ai Deus, e u é?*

*Vós me perguntardes polo voss'amigo,
e eu bem vos digo que é san'e vivo.
Ai Deus, e u é?*

*Vós me perguntardes polo voss'amado,
e eu bem vos digo que é viv'e sano.
Ai Deus, e u é?*

— Como sinto falta desses serões junto ao fogo, com os músicos a dedilharem as cordas dos seus alaúdes e nós a entoarmos as trovas do rei e do seu filho, meu primo! Por mor de eu o acompanhar nas trovas, lá me deu ele a conhecer umas quantas letras e frases, mas logo avisando que a escrita não era dada às mulheres.

— Meu bom senhor! Sei bem o que contas, que também a mim me fez saber ler as escrituras das nossas terras e as cartas que me apunhava! Mas, por ora, tomemos nós o nosso lanche, que a tarde corre ligeira e a noite espreita.

Minutos mais tarde, aquietado o estômago com pão e doce de abóbora da rotunda Sancha, senhora dos tachos e das panelas, e enganado o frio com uma taça de tinto da Extremadura espanhola, Dona Teresa deixou escapar, pensativa, uma inesperada promessa:

— Um destes dias, mal o calor se anunciar, faço vir o meu filho João Afonso, a mulher, Isabel, e o pequeno Martim, para lembrarmos o senhor D. Afonso e as suas trovas, com músicos e festas! Gostarias, Inês? — lançou à sua primita. A notícia, como seria de prever, foi recebida com risos e pulos por parte da tenra Inês, que logo viu na ocasião o ensejo de festins e folguedos, ornando de exagerados atavios as palavras que lhe devolveu:

— Oh, minha senhora Dona Teresa, que grande felicidade me daria! Poder folgar e dançar, sem afrouxamento, e para mais cantando as odes do meu primo! Há-de ser o dia mais feliz da minha vida! O Senhor será testemunha das palavras que aqui vos digo! — finalizou, deitando as mãos ao céu, para divertimento da sua protectora, que, assinalando por gestos que bastava de arabescos, não pôde esconder a graça que achava àqueles dois palmos de gente, loura e frágil, que a vida lhe confiara no regaço.

Inês de Castro era uma criança muito bela. Alva, como a neve de Inverno, trazia na figura e nas falas a sua realenga ascendência. Os olhos, tão verdes e transparentes quanto um rio de frescas águas, comoviam quem com eles cruzasse pela profundidade que lhes ia, na sua fundura parecendo guardar a história daquela ainda breve vida. Riam-lhe na face, sem se lhe ouvir um riso; choravam, sem se lhe adivinhar uma lágrima, de tão expressivos que eram! Trazia os seus longos e sedosos cabelos, com *muy* leves movimentos, apartados ao meio e sempre caídos pelos ombros, pintando de ouro à sua volta o ar por onde passava alegre e prazenteira. E cheirava a campos de flores silvestres, a bela Inês, como a pureza e a ingenuidade que lhe iam na alma. Quem nela pousasse a vista, quedava-se fatalmente enfeitiçado, encandeado pela luz que emanava do seu âmago, ligeiro e jovial, e rendido à perfeição dos seus traços de criança, que deixavam adivinhar a mulher que nela um dia se revelaria. Prometera-lhe o seu falecido primo que um dia muitos e ricos nobres, inebriados com a beleza da sua pequena Inês, lhe dedicariam rolos de versos e de trovas; e se tais loas lhe minguassem — que Cristo, o Redentor, os

perdoasse, na sua eterna compaixão, por tão inexpiável pecado! —, ele próprio os teceria à sua menina, que a Natureza presenteara com graça e primor.

Tamanha e invulgar formosura a destacava, que, apesar da sua pequena idade, o seu pai havia muito fazia planos para a casar bem e ricamente, em nome da família e da fortuna, que dote digno e pródigo certamente não lhe negaria. Mas ainda em vida D. Afonso Sanches, que se apegara à infanta como se sua houvesse sido, opôs-se com quantas forças tinha a semelhante despropósito, esse de esposar a petiza ainda mal saíra dos cueiros. D. Pedro de Castro lá cedera, contrariado nos seus intentos políticos e fazendários, já que tinha, não o escondia, um inegável respeito pelo filho do rei de Portugal. Agora, já partido o nobre infante, temia Dona Teresa em segredo pelo momento em que o seu primo galego lhe viesse tirar dos braços a menina, para logo a entregar nos daquele com quem, por estratégia e ambição, a determinasse desposar. Todavia, por ora, quer porque as preocupações políticas e administrativas o ocupavam, quer porque do projecto não mais se lembrara, o pai de Inês deixava a filha sob a alçada da prima, a quem a confiara em tempos.

Volvidos alguns meses, porém, nesse ano do Todo-Poderoso, chegava da Galiza uma carta do senhor de Lemos, com notícias imprevistas: um príncipe castelhano, um tal D. João Manuel, ainda de linhagem real, havia adquirido uma velha torre, cercana de Albuquerque, onde contava instalar-se, ao menos uma vez ao ano, para melhor e mais de perto poder zelar pelos interesses que mantinha em Portugal. Far-se-ia acompanhar da família, a terceira mulher, Branca Nunes de Lara, e a filha do seu segundo matrimónio, Dona Constança, uma donzela com doze anos. Ao tomar conhecimento da presença, nas vizinhanças do seu novo paço, de uma filha — ainda que ilegítima — do seu par, D. Pedro de Castro, aquele nobre logo lhe fez saber que faria muito gosto numa amizade entre as duas jovens, sugerindo que Inês privasse com a princesa e lhe fizesse companhia nos meses de Verão, sempre que a senhora de Albuquerque o permitisse. Lavrava ainda o bilhete do seu primo que

D. João Manuel tinha Dona Teresa Martins de Meneses em grande estima, por sabê-la viúva de um patrício que tanto considerara, e com quem partilhara o gosto pela escrita. Apreciava de D. Afonso algumas trovas que lera, muito embora a sua arte estivesse na prosa, e não na poesia, que aquele abraçara com tanto engenho e destreza. O seu *Livro do Cavaleiro e do Escudeiro*, que havia meia dúzia de anos apunhara, tinha-o o senhor de Albuquerque lido e comentado numa certa estadia em Toledo, em que ambos, quisera o destino, se haviam cruzado. E assim, por todos estes vínculos que, pareciam-lhe, na sua humilde opinião, enlaçavam as duas famílias, tinha por ideal a convivência entre as petizas, apesar de Constança levar uns seis anos de vantagem da pequena Castro.

Dona Teresa recordava vagamente o nome do gentil-homem, por ouvir mencionar ao seu falecido marido o nome do tal livro que aquele escrevera, e de que tivera conhecimento aquando da tal visita à capital do reino, da qual a viúva também guardava memória. Perante tais coincidências e semelhanças, considerou o rogo de D. João, muito embora D. Pedro Fernandes de Castro quase lho tivesse imposto, ainda que de forma habilidosa e cordial.

Quando lhe revelou a novidade, Inês saltou de alegria, moída como sempre se dizia por não encontrar amigas à sua altura com quem pudesse privar e galhofar. A alcáçova dos senhores de Manuel, explanou-lhe a prima, ficava a uma hora de caminho, descendo a pé a encosta e palmilhando o percurso, mas, fazendo-se a viagem no dorso de uma mula ou a trote num dos cavalos de D. Pedro, pôr-se-ia lá em metade do tempo. A menina começou por afirmar que a caminhada não lhe fazia moossa, mas logo reconsiderou, vendo na situação a oportunidade para pedir ao senhor seu pai que lhe cedesse a *Moura* para as suas cavalgadas. Aproveitando para tomar as rédeas da situação, Dona Teresa não foi parca nos conselhos que lhe deu para o trajecto e para o convívio com os patrícios que haviam de chegar: que jamais se detivesse no caminho; que não proseasse com quem, porventura, se cruzasse estrada fora; que, uma vez no paço dos príncipes de Villena, se contivesse nos pareceres e na sua

inquietação; que tivesse sempre presente que, embora também fosse descendente de um rei, os seus novos vizinhos eram-no por via legítima, enquanto ela o era por via da bastardia, devendo àqueles, como tal, uma certa sujeição.

— Não, senhora minha prima; sim, senhora minha prima — ia a petiza acatando, mal prestando atenção ao que lhe era dito. O seu espírito esvoaçava já, em inocentes quimeras, em torno de uma amizade que adivinhava sólida, sem sobressaltos, e de igual para igual. Afinal, em que poderiam as diferenças de estatuto interferir no relacionamento das duas amigas? Que despropósito! Para quê erguer barreiras próprias do mundo da gente grande entre gente pequena, que só queria prosa e folia? Seriam momentos de muita alegria, disso estava mais que certa. A espera pelo momento de conhecer Constança, sim, essa apresentava-se-lhe um empecilho. Que passasse depressa!

Embora Inês não ousasse confessar as pueris certezas e incertezas que lhe invadiam os pensamentos, Dona Teresa adivinhava-lhos com convicção e nitidez, temendo os perigos e as desventuras que da ingenuidade da sua pupila lhe pudessem advir. Tão certa como do facto de a petiza se dirigir a solo instável estava também de que a aprendizagem da castigadora realidade das diferenças sociais teria a menina de a aprender por si mesma, já que havia passos que deveria necessariamente dar sozinha. Como gostaria de a poder proteger das agruras da vida e dos desgostos que ela por vezes nos reserva! Mas D. Pedro insistia na amizade da filha com a herdeira de D. João Manuel, e ela, mulher e já sem o amparo e a voz do marido, nada podia fazer para o evitar. Restava-lhe apenas preparar Inês para a pessoa que iria encontrar em Constança, que, embora ainda muito jovem, já carregava consigo o peso de muitas e amargas contrariedades.

Contou-lhe então que a pobrezinha, apenas com seis anos, fora prometida ao senhor de Biscaia, D. João Torto, a que o seu pai se aliara em projectos belicosos contra D. Afonso XI, de que aquele havia sido tutor e co-regente, durante a menoridade do soberano de Castela. Porém, ao atingir os catorze anos de idade, o jovem tomou

a coroa e afastou o seu mentor. Ciente da parceria do Torto com D. João Manuel, e para desfazer os laços que a esses seus adversários uniam, el-rei concebeu a ardilosa ideia de pedir a mão de D. Constança em casamento. Ora, cego pela ambição de ver a filha rainha, o duque de Peñafiel aceitou o pedido. Desfeito o noivado com o duque de Biscaia, sancionou-se o matrimónio com o monarca nas cortes de Valladolid, no ano da graça de Nosso Senhor de 1325.

E assim, em tenra idade, a princesa de Villena rumou ao palácio real, onde deveria manter-se até alcançar a idade suficiente para consumir as núpcias. Fora então que a situação azedara. Afonso XI resolveu casar-se com Maria de Portugal, filha do rei lusitano; quer por mero capricho, quer porque, quiçá, o verdadeiro motivo do consórcio que acordara com a princesa castelhana fora o de dividir os seus opositores, e tal batalha estava já vencida. Uma terceira hipótese às suas novas núpcias se alevantava, embora ninguém no seio dos Manuel jamais o ousasse materializar: o de que Maria era muito formosa — assim era a fama que a precedia —, enquanto a Constança nem a puberdade acrescentara relevante interesse como mulher.

Certo é que o monarca castelhano trocou a filha do príncipe de Escalona pela do rei de Portugal, e, ao fim de quatro anos de mortificante clausura no paço do seu marido, Dona Constança regressava, enfim, ao lar paterno. Já neste, a infanta remeteu-se a novo isolamento, desta feita, voluntário, preferindo o silêncio do seu quarto à companhia da família e dos cortesãos. O pai, homem insensível e ambicioso, não viu com bons olhos o afastamento e a reclusão da filha que, sem delongas, considerava já usar como moeda de troca num novo negócio. Sem perder tempo, logo tratou de engendrar modos de a arrancar dos seus aposentos e da sua solidão, quadro em que se lhe deparou como ideal a entrada em cena de uma nova amiga.

Uma conversa casual com D. Pedro de Castro sobre os afazeres que o levavam amiúde a Portugal trouxe à baila a presença de uma filha daquele na vila de Albuquerque, bem cercana do ermo onde o príncipe João Manuel fizera instalar a sua nova casa, para o desfrute dos meses de Verão. Certeiro e perspicaz, o fidalgo não perdeu

tempo, lançando ao galego, a quem cobriu de adjectivos e louvores, o convite honroso e enobrecedor de trazer ao paço raiano dos Manuel a sua filha, para que com a do anfitrião privasse. Ufano com tamanha distinção, o Castro aceitou, sem hesitar, a generosa proposta, que tanto o prometia engrandecer. Mas se o projecto trazia o peito do pai de Inês envaidecido e a razão esperançada em futuros e frutuosos comércios, na alma de Dona Teresa crescia acre o pavor das veredas escusas e sinuosas que aquele tratado escondia.

A história apaixonante de Pedro e Inês

Esta é a história de Inês de Castro, a bela aia galega que arrebatou o coração do príncipe D. Pedro, futuro rei de Portugal. Bisneta ilegítima do rei D. Sancho IV de Castela, chegara a Portugal no séquito de Dona Constança, futura mulher do príncipe, que viu o coração do noivo incendiado pela sua própria dama de companhia. Perdidamente apaixonado, o casal viveu um amor proibido, até que, após a morte de Dona Constança, passou a partilhar o mesmo tecto.

Dando largas à paixão que por tanto tempo haviam escondido, Pedro e Inês viveram dias idílicos, de paço em paço, até se instalarem em Coimbra, já casados e com três filhos.

Esta ligação desagradou ao rei D. Afonso IV, pai de D. Pedro. As intrigas políticas com que os conselheiros reais o sobressaltavam, alegando que os irmãos de Inês alimentavam pretensões à coroa portuguesa, contribuíram para que o rei não descansasse enquanto não libertasse, da forma mais trágica e terrível, o filho da influência da bela galega.

**O amor de Pedro e Inês foi maior do que a vida,
sendo outrora, como hoje, o símbolo da paixão em Portugal.**

Da mesma autora:



TOPSELLER

os livros em primeiro lugar

20|20 editora

ISBN 978-989-8843-72-2



9 789898 843722

Romance Histórico